

NIO MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 E RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES.**

NIO MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Nio Meios de Pagamento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Nio Meios de Pagamento S.A.** (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Nio Meios de Pagamento S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme a nota explicativa nº 1, a Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2025 a empresa apresentou prejuízo líquido de R\$ 38.952.546 (2024 - R\$ 36.900.391) e patrimônio líquido negativo de R\$ 28.621.631 (2024 - R\$ 29.674.085), condições essas que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Conforme descrito na nota explicativa nº 26 – Eventos Subsequentes, após o encerramento do exercício social, os acionistas controladores realizaram aportes financeiros relevantes na Companhia, incluindo adiantamentos para futuro aumento de capital, capitalizações de créditos e conversão de passivos em capital social, além da liquidação de determinadas obrigações financeiras relevantes. A Administração entende que tais medidas contribuirão para o fortalecimento da estrutura patrimonial e financeira da Companhia e para a manutenção de suas operações.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós e o relatório de auditoria foi emitido sem ressalvas, com ênfase sobre a negociação com a BRK S.A. e sobre a incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, datado de 22 de abril de 2026.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras (continuação)

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas-SP, 27 de maio de 2026.

QUADRO 1

NIO MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)



ATIVO	nota	2025	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	nota	2025	2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa equivalente de caixa	4	25.591.462	12.995.312	Empréstimos e financiamentos	11	49.811.714	38.519.175
Contas a receber	5	28.422.319	49.422.770	Fornecedores	12	788.510	893.176
Adiantamentos	-	3.731	3.731	Obrigações por transações de pagamento	13	31.263.677	67.961.436
Depósitos judiciais	6	-	5.457.257	Obrigações tributárias	14	714.014	440.029
Outras contas a receber	7	320.222	10.576.030	Salários e encargos a pagar	15	1.092.386	672.704
Tributos a recuperar	8	404.347	151.413	Partes relacionadas	16	976.601	266.601
Total do ativo circulante		54.742.081	78.606.513	Total do passivo circulante		84.646.902	108.753.121
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	1.083.597	24.422	Contingências	17	299.159	50.651
Intangível	10	498.752	498.752	Total do passivo não circulante		299.159	50.651
Total do ativo não circulante		1.582.349	523.174	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
TOTAL DO ATIVO		56.324.430	79.129.687	Capital social	18.1	50.000.000	50.000.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital	18.2	62.126.461	22.121.461
				Prejuízos acumulados	-	(140.748.092)	(101.795.546)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(28.621.631)	(29.674.085)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		56.324.430	79.129.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

NIO MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em reais)



	nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	1.266.606	2.001.574
LUCRO BRUTO		1.266.606	2.001.574
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	20	(57.300.738)	(55.084.106)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	21	21.713.649	20.699.319
PREJUÍZO ANTES DAS RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS		(34.320.483)	(32.383.213)
Receitas financeiras	22	2.041.130	1.028.433
Despesas financeiras	23	(6.673.193)	(5.545.611)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(38.952.546)	(36.900.391)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(38.952.546)	(36.900.391)
QUANTIDADE DE COTAS AO FINAL DO EXERCÍCIO		5.000.000	5.000.000
PREJUÍZO LÍQUIDO POR COTA		(7,79)	(7,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3**NIO MEIOS DE PAGAMENTO S.A.****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024****(Valores expressos em reais)**

	<u>nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(38.952.546)	(36.900.391)
Outros resultado abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>(38.952.546)</u>	<u>(36.900.391)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

NIO MEIOS DE PAGAMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)



	nota	Capital social	Capital social a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		50.000.000	(5.752.539)	-	(64.896.021)	(20.648.560)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(36.900.391)	(36.900.391)
Ajuste de anos anteriores		-	-	-	866	866
Integralização de capital		-	5.752.539	-	-	5.752.539
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	22.121.461	-	22.121.461
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		50.000.000	-	22.121.461	(101.795.546)	(29.674.085)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(38.952.546)	(38.952.546)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	40.005.000	-	40.005.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		50.000.000	-	62.126.461	(140.748.092)	(28.621.631)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5
NIO MEIOS DE PAGAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)


	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do exercício	(38.952.546)	(36.900.391)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações - imobilizado	88.688	12.212
Contingências	299.159	2.687
Ajustes de exercícios anteriores	-	866
	(38.564.699)	(36.884.626)
(Aumento) diminuição dos ativos (circulante e não circulante)		
Contas a receber	21.000.448	(34.889.750)
Adiantamentos	-	(864)
Depósitos judiciais	5.457.257	(4.473.842)
Outras contas a receber	10.255.811	(10.576.027)
Tributos a recuperar	(252.934)	(143.339)
	36.460.582	(50.083.822)
Aumento (diminuição) dos passivos (circulante e não circulante)		
Fornecedores	(104.666)	(132.615)
Obrigações por transações de pagamento	(36.697.759)	50.045.140
Obrigações tributárias	273.985	(90.360)
Contingências	(50.651)	(44.728)
Salários e encargos a pagar	419.682	672.704
Contas a pagar com partes relacionadas	710.000	(214.139)
	(35.449.409)	50.236.002
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(37.553.526)	(36.732.446)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado	(1.147.863)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.147.863)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	-	5.752.536
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.005.000	22.121.461
Empréstimos a pagar	11.292.539	11.938.918
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	51.297.539	39.812.915
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS E DE FINANCIAMENTOS	12.596.150	3.080.469
A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA É ASSIM DEMONSTRADA:		
No início do período	12.995.312	9.914.843
No fim do período	25.591.462	12.995.312
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.596.150	3.080.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nio Meios de Pagamentos S.A. (“Companhia”) foi constituída em 06 de janeiro de 2010 na forma de Sociedade Limitada de capital fechado, inscrita no CNPJ (ME) sob o nº 11.460.609/0001-60, domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1656, 9º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP.

A Nio Meios de Pagamentos S.A. (“Companhia”) é uma instituição de pagamento ainda não autorizada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 12.865/2013 e regulamentada pela resolução BCB nº 80/2021, atuando principalmente como emissora de instrumento de pagamento pós-pago.

Sua principal atividade é a administração de cartões de crédito consignado voltados a servidores públicos, abrangendo emissão, gestão de limites e margem de consignação, processamento de faturas, cobrança e relacionamento com clientes.

A Companhia é responsável pela prospecção de novas entidades públicas, pela emissão e gestão do instrumento de pagamento pós-pago, incluindo a administração do risco de crédito e a definição de políticas comerciais e operacionais. As atividades de processamento de transações, liquidação financeira e suporte tecnológico são realizadas por instituições parceiras especializadas. A ser Inserida no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Companhia estará sujeita à supervisão do Banco Central do Brasil.

Suas receitas derivam, majoritariamente, da prestação de serviços relacionados à administração desse instrumento, incluindo taxa de intercâmbio, tarifas e encargos vinculados às operações do produto.

Parte relevante das operações está vinculada a convênios para desconto em folha de pagamento, fator que contribui para a mitigação do risco de crédito e da inadimplência. Conforme 8ª alteração contratual em 26 de setembro de 2023, os sócios por unanimidade, decidem transformar o tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade anônima de capital fechado, por se ajustar melhor aos negócios sociais que se empreenderão futuramente.

A Companhia vem apresentando prejuízos nos últimos anos, tendo apresentado prejuízo líquido de R\$ 38.952.546 (2024 – R\$ 36.900.391), com isso resultou num patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 28.621.631 (2024 – R\$ 29.674.085).

A administração da Companhia entende que os prejuízos apresentados estão em conexão com os planos de negócios, visto tratar-se de projeto de maturação escalonada, cujo suporte é realizado por meio de chamada de capital ao acionista Auriga Fundo de Investimentos em Participação o qual mantém o seu compromisso de oferecer o suporte financeiro as operações da empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas pressupondo a continuidade normal de suas operações e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A denominação financeira foi elaborada e está apresentada em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As práticas contábeis adotados no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Balanço patrimonial, e somente elas, estão sendo evidenciados e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O balanço patrimonial foi elaborado com base no custo histórico, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$).

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3.3. RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

3.4. TRIBUTAÇÃO

O regime tributário da Companhia em 2025 e 2024 é o Lucro Real, regime competência.

3.5. ATIVOS CIRCULANTES

a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e saldos em contas bancárias, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b. Contas a receber

Correspondem principalmente aos valores a receber das adquirentes resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão da Companhia em compras à vista, parceladas ou saques, deduzidos dos cancelamentos e eventuais contestações autorizadas pela bandeira, decorrente do curso normal das atividades da Companhia. Tais transações são repassadas em sua totalidade para empresa prestadora de serviços de processamento de meios de pagamentos, deduzidos das comissões de compra da Companhia (*charging fees*).

3.6. AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

O § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.8. PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável.

a. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b. Adiantamento de clientes

Os montantes apresentados em adiantamentos de clientes, são representados substancialmente por obrigações por transações de pagamentos, caracterizando-se pelos valores a repassar de compras à vista, parceladas e saques para empresas prestadoras de serviços de processamento de meios de pagamentos. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos, tarifas ou comissão de compra (*charging fees*).

3.9. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividade operacional e de financiamento.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Companhia.

3.10. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR QUOTA

É calculado com base no número de quotas nas datas dos balanços.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Bancos movimento	822.609	1.087.808
Aplicação financeira (i)	24.768.853	11.907.504
	25.591.462	12.995.312

(i) Do montante de R\$ 24.768.853 (2024 – R\$ 11.907.504), os valores referem-se a recursos mantidos em conta de custódia vinculada à operação dos cartões administrados pela Companhia, no âmbito do contrato de prestação de serviços firmado com a processadora Orbital.

Nos termos contratuais, tais recursos são destinados à constituição de garantias relacionadas às operações realizadas com a bandeira dos cartões vinculados à Nio Meios de Pagamento, compreendendo:

- 110% do saldo dos agendamentos de recebíveis com prazo de até 25 dias; e
- adicionalmente, 100% do saldo das compras parceladas em aberto.

Os recursos repassados pela Companhia são aplicados pela processadora em títulos públicos federais, permanecendo segregados em conta de custódia vinculada à bandeira, com finalidade exclusiva de garantia das liquidações financeiras das transações processadas. Embora tais contas não estejam registradas diretamente em nome da Companhia, os valores permanecem vinculados contratualmente às operações da Nio Meios de Pagamento e geram rendimentos financeiros, os quais são apropriados e creditados em favor da Companhia, conforme previsto contratualmente com a Orbital.

5. CONTAS A RECEBER

Os montantes classificados no contas a receber, referem-se à utilização do cartão de crédito da NIO, tanto para compras à vista como parceladas ou saques que serão recebidas no momento do pagamento das faturas dos clientes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

A abertura do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está abaixo demonstrada:

	2025	2024
Transações com cartões a receber (i)	27.994.032	39.636.013
Saque parcelado (ii)	378.667	9.522.173
Saque parcelado cedido	49.620	264.584
	28.422.319	49.422.770

(i) A variação observada na conta Transações com cartões a receber ocorre em virtude das oscilações da posição da carteira e os repasses realizados para terceiros.

(ii) Em 2025, foram compensados saldos de natureza transitória mantidos junto a conta Saque Parcelado em decorrência de revisão e adequação na apresentação contábil dessas operações.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Depósitos judiciais	-	5.457.257
	-	5.457.257

Refere-se a recursos financeiros que foram bloqueados em conexão com processos movidos contra os antigos sócios. A NIO Meios de Pagamento S/A foi indevidamente incluída no sequestro de bens, e após a interposição de recurso foi determinada a liberação dos valores bloqueados durante o ano de 2025.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	166.832	1.582.540
Outras contas a receber	146.998	-
Clientes padrão	6.392	-
Banco Orbitall (i)	-	8.993.490
	320.222	10.576.030

(i) Em 2025 houve a compensação de saldos de natureza transitória mantidos junto ao Banco Orbitall, relacionados a valores recebidos para repasse a terceiros, após revisão e adequação da apresentação contábil dessas operações.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
COFINS a compensar	260.186	113.450
PIS a compensar	131.004	24.790
IRRF a compensar	5.072	5.089
Outros impostos a compensar	8.085	8.084
	404.347	151.413

9. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são compostos por aquisições de computadores e periféricos de informática juntamente com as suas devidas depreciações, que são utilizados para desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia.

Descrição	Taxa anual de depreciação em %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2025	2024
Equipamentos de informática	20%	69.025	(48.984)	20.041	24.422
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	4%	1.135.198	(71.642)	1.063.556	-
		1.204.223	(120.626)	1.083.597	24.422

(i) O aumento registrado na rubrica “Benfeitorias em Imóveis de Terceiros”, no grupo do ativo imobilizado, refere-se substancialmente aos gastos incorridos com reformas e adequações realizadas no novo escritório sede da Nio. As benfeitorias compreendem obras de infraestrutura, adaptações e melhorias necessárias para a utilização operacional do imóvel.

Mapa de movimentação do imobilizado

	2024		2025	
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custo de aquisição				
Equipamentos de informática	56.360	12.665	-	69.025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	1.135.198	-	1.135.198
	56.360	1.147.863	-	1.204.223
Depreciação acumulada				
Equipamentos de informática	(31.938)	(17.046)	-	(48.984)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(71.642)	-	(71.642)
	(19.726)	(88.688)	-	(120.626)
	24.222	1.059.175	-	1.083.597

10. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa anual de amortização em %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				2025	2024
Softwares	20% (i)	500.244	(1.492)	498.752	498.752
		500.244	(1.492)	498.752	498.752

(i) A implementação do *software* não foi concluída, por isso não se iniciou a amortização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição Financeira	Modalidade	Taxa de juros (a.m)	2025	2024
Qista S.A.	Cédula de Crédito Bancário	2,00%	21.948.752	11.156.164
Orion Fundo De Investimento Em Direitos Creditório	Nota Comercial	2,50%	4.308.082	-
Simpala S.A.	Cédula de Crédito Bancário	2,00%	3.223.533	-
Pinbank Brasil Instituição de Pagamentos S.A.	Cédula de Crédito Bancário	5,04%	211.881	-
BRK S.A. (Massa Falida)	Acordos Judiciais I e II (i)	-	20.119.466	-
BRK S.A. (Massa Falida)	Capital de Giro (i)	CDI +1%	-	27.363.011
			49.811.714	38.519.175

(i) A BRK S.A. teve sua falência decretada em exercícios anteriores. Em decorrência desse cenário, a Administração da Companhia iniciou negociações junto ao administrador judicial da massa falida, com o objetivo de revisar os critérios de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre a obrigação originalmente contratada na modalidade de capital de giro.

No exercício corrente, foi celebrado acordo entre as partes, o qual substituiu a obrigação original por dois instrumentos de confissão e parcelamento de dívida, contemplando redução do saldo anteriormente apurado, concedida pela administração da massa falida. Os referidos instrumentos estabelecem, de forma segregada, os valores devidos à massa falida, nos montantes de R\$ 17.289.524 e R\$ 847.577, e os honorários devidos ao administrador judicial, nos montantes de R\$ 1.897.607 e R\$ 84.758, bem como os respectivos cronogramas de pagamento ao longo de 2026.

12. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores nacionais	769.795	874.461
Processamentos de dados	18.715	18.715
	788.510	893.176

13. OBRIGAÇÕES POR TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Os montantes classificados no adiantamento de clientes referem-se aos repasses a serem efetuados para a empresa prestadora de serviços de processamento de meios de pagamento.

	2025	2024
Provisão parcelado (i)	14.960.191	9.522.173
Saldo de clientes a liberar (ii)	13.033.865	13.062.809
Orbitall Serviços e Meios de Pagamento Ltda. (iii)	3.062.487	44.744.435
Transações escrows (iv)	134.046	409.149
Adiantamento de clientes	72.870	72.870
Outras obrigações	218	-
Saque parcelado concedido	-	150.000
	31.263.677	67.961.436

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

- (i) Valores recebidos referente às compras parceladas.
- (ii) Valores recebidos a repassar aos FIDCs.
- (iii) Cessões de crédito a serem repassadas em até 2 anos. Não há incidência de taxas ou atualizações monetárias, por se tratar do valor bruto a ser cedido. A variação observada na conta Orbitall decorre das oscilações na posição da carteira na data-base, bem como dos valores recebidos a título de rotativo e ainda não repassados.
- (iv) Transações escrows são oriundas dos convênios (desconto) em folha que serão conciliadas destinadas ao pagamento de transações rotativo, ou de saque parcelado, ou repassado para a Nio ou repassado para Orbitall.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
IRPJ e CSLL a recolher	294.467	280.982
IOF a recolher	240.781	-
ISS a recolher	94.155	20.442
COFINS a recolher	51.605	46.428
Parcelamento Simples Nacional	30.480	85.778
PIS a recolher	2.526	3.894
INSS a recolher	-	2.505
	714.014	440.029

15. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	2025	2024
Férias e encargos sobre férias	547.100	340.042
Salários e encargos	545.286	283.897
Empréstimos consignados	-	48.765
	1.092.386	672.704

16. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
Mútuos - Daniela Saboya de Albuquerque	600.000	-
Mútuos - Soares Lelis Sociedade Individual Adv.	190.000	-
Mútuos - Roberto Tuna	33.339	113.339
Valores a pagar para quotistas	153.262	153.262
	976.601	266.601

17. CONTINGÊNCIAS

	2025	2024
Processos de natureza cível	299.159	50.651
	299.159	50.651

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, e os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados.

Movimentação das contingências prováveis da Companhia

	2025	2024
Saldo no início do exercício	50.651	92.692
Reversões	(50.651)	(44.727)
Constituições	299.159	2.686
Saldo ao final do exercício	299.159	50.651

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, determinados processos foram classificados como de perda possível, para os quais, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, não há constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado desses processos trabalhistas classificados como de perda possível totaliza aproximadamente R\$ 111.783 (2024 - R\$ 120.811).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 – CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), composto por 5.000.000 (cinco milhões) de quotas com valor nominal unitário de R\$ 10,00 (dez Reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuídas conforme o quadro abaixo:

Sócios	Quantidade de quotas	Valor das quotas (R\$)	% de participação
Auriga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	4.999.999	49.999.990	100%
Pessoa Física	1	10	-
	5.000.000	50.000.000	100%

18.2 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Ao longo de 2025 o acionista Auriga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) na ordem de R\$ 40.005.000, os referidos aportes tiveram como objetivo suporte às operações e continuidade operacional.

19. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Receita de serviços prestados	1.477.088	2.266.147
PIS	(112.257)	(37.390)
ISSQN	(73.853)	(54.971)
COFINS	(24.372)	(172.212)
	1.266.606	2.001.574

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	(13.554.533)	(19.640.284)
Comissões	(13.513.496)	(8.477.436)
Consultoria e assistência técnica	(11.770.049)	(14.418.550)
Despesas com pessoal	(7.583.381)	(6.382.012)
Alimentação	(2.201.172)	(1.195.850)
Honorários advocatícios	(2.161.892)	(1.065.362)
Licenciamento	(2.050.641)	(1.116.017)
Publicidade e propaganda	(1.774.681)	(1.701.241)
Aluguéis	(1.402.470)	(583.348)
Viagens e hospedagem	(373.087)	(374.399)
Contingências	(299.159)	(2.687)
Impostos e taxas diversas	(207.042)	(17.368)
Despesas e taxas tributárias	(146.347)	(36.830)
Depreciações	(88.688)	(12.211)
Telefone e internet	(62.374)	(28.337)
Energia elétrica	(46.180)	(5.660)
Bens de pequeno valor	(16.487)	-
Material de escritório	(5.418)	(8.846)
Outras despesas	(43.641)	(17.668)
	(57.300.738)	(55.084.106)

O crescimento da despesa guarda relação com o aumento na produção de 2025 frente ao registrado em 2024, algumas mudanças estruturais nas equipes interna também contribuiu para um aumento das despesas.

21. OUTRAS RECEITAS E (DEPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2025	2024
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Recuperação de despesas (i)	18.359.481	31.241.493
Outras receitas (ii)	3.061.413	-
Reversão de contingências	50.651	13.404
Total de outras receitas operacionais	21.771.545	31.254.897

(i) Em 2025, parte relevante destas receitas, no valor de R\$ 18.359.481, decorre do reembolso de despesas efetuado pela QISTA S.A., vinculadas aos custos de aquisição da carteira de clientes no âmbito da parceria comercial anteriormente existente entre as partes. Considerando que tal parceria foi encerrada em julho de 2025, houve redução significativa dessas receitas em relação ao exercício de 2024.

(ii) Receita em decorrência do desconto obtido na renegociação do contrato de financiamento com a BRK S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em reais)

	2025	2024
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Perdas com Fraudes em Cartões	(50.000)	(207.300)
Patrocínios	(7.896)	(900.000)
Despesas indedutíveis (iii)	-	(8.667.895)
Perdas diversas	-	(780.383)
Total outras despesas operacionais	(57.896)	(10.555.578)
TOTAL OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS	21.713.649	20.699.319

(iii) Em 2024, os valores referiam-se substancialmente às despesas incorridas com representantes comerciais para prospecção e obtenção de novos negócios. Tais despesas não foram incorridas no exercício de 2025, resultando na redução integral do saldo.

22. RECEITAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	2.040.917	1.017.972
Variação cambial ativa	213	10.461
	2.041.130	1.028.433

23. DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Multas e juros	(5.420.066)	(3.851.830)
Juros e comissões bancárias	(1.005.228)	(411.255)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(237.269)	(47.349)
IOF	(6.751)	(1.198.672)
Variação cambial passiva	(3.879)	(3.297)
Descontos concedidos	-	(33.208)
	(6.673.193)	(5.545.611)

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos junto a clientes e os passivos circulantes, principalmente fornecedores, não diferem do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do Balanço Patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1. Risco de crédito.

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas.

Para atenuar esse risco, adotamos como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência, além de adoção de políticas de Governança de Crédito rígida, com exigência de garantia real nos casos de maior exposição de valores.

b2. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, adotamos como prática o prazo da venda de nossos produtos sempre 30 dias anterior ao prazo da compra dos mesmos e acompanhamento permanente dos recebíveis, bem como a análise do fluxo de caixa, avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações de revenda de mercadorias, mantendo o ciclo financeiro sempre com prazo de recebimentos menores que os prazos de pagamentos.

b3. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento dos bancos de primeira linha), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4. Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração, com desenvolvimento de padrões nas seguintes áreas:

- i) Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- ii) Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- iii) Documentação de controle e procedimentos;
- iv) Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- v) Exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- vi) Desenvolvimento de planos de contingências;
- vii) Padrões éticos e comerciais.

25. ARRENDAMENTOS

A Companhia adotou os requerimentos contidos no pronunciamento CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, aprovado pela NBC TG 06 (R3).

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) e adotou a isenção no reconhecimento para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

Atualmente, a Companhia detém contratos de aluguel de imóveis elegíveis a nova norma contábil. A Companhia avaliou as características dos contratos e não conseguiu definir um prazo de vida útil confiável para os imóveis o que implicou no seu não reconhecimento, porém, manteve como política contábil a revisão dessa característica anualmente.

A administração concluiu que todos os contratos estão enquadrados na isenção em decorrência do prazo de vigência ser inferior a doze meses.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em conformidade com o CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração avaliou os eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, identificando os seguintes eventos relevantes subsequentes ao encerramento do exercício:

a) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”)

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu aportes financeiros de seu acionista controlador, registrados na rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), conforme demonstrado abaixo:

Competência	FIP AURIGA	FIP AURIGA II	Total
Janeiro de 2026	3.460.000	-	3.460.000
Março de 2026	14.100.000	6.540.000	20.640.000
Abril de 2026	23.489.238	6.000.000	29.489.238
Maio de 2026	1.450.000	3.520.000	4.970.000
	42.499.238	16.060.000	58.559.238

Os referidos aportes tiveram como objetivo atendimento de exigências regulatórias aplicáveis às instituições de pagamento, bem como suportar as necessidades de caixa da Companhia.

b) Reestruturação societária

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de abril de 2026, os acionistas deliberaram e aprovaram:

(i) o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 115.715.700, mediante capitalização de créditos registrados na rubrica de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital;

(ii) a redução do capital social no montante de R\$ 90.000.000, sem cancelamento de ações, para absorção parcial de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e

(iii) a alteração da denominação social da Companhia de “NIO Meios de Pagamentos S.A.” para “NIO Instituição de Pagamentos S.A.”.

Referidas deliberações societárias encontram-se devidamente registradas perante a Junta Comercial competente.

c) Conversão de passivos e aumento de capital

Em AGE realizada em 20 de maio de 2026, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 28.568.070, mediante:

- (i) capitalização de AFAC no valor de R\$ 4.970.000; e
- (ii) conversão de dívidas de titularidade do acionista controlador no valor de R\$ 23.598.070.

A Administração entende que a referida operação contribuiu para o fortalecimento da estrutura patrimonial e financeira da Companhia, mediante redução de passivos e melhora de seus índices financeiros.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2026, foi aprovado novo aumento de capital no montante de R\$ 4.600.000, mediante integralização em moeda corrente nacional, que ocorrerá durante o ano de 2026.

As referidas deliberações societárias encontram-se em processo de arquivamento perante a Junta Comercial competente.

d) Liquidação de obrigações financeiras

Em maio de 2026, a Companhia realizou a quitação integral de obrigações financeiras junto aos credores Simpala e Orion, totalizando R\$ 8.119.330, conforme demonstrado abaixo:

Credor	Data liquidação	Valor (R\$)
Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	14 de maio de 2026	3.519.983
Orion Fundo De Investimento Em Direitos Creditório	21 de maio de 2026	4.599.346
		8.119.330

A liquidação das referidas obrigações financeiras faz parte do processo de reestruturação patrimonial e financeira conduzido pela Administração.

e) Alteração de controle acionário

Em maio de 2026, ocorreu alteração no controle acionário da Companhia, passando o Sr. Roberto Tuna Correia a deter aproximadamente 99,9% das ações representativas do capital social da Companhia.

A Administração entende que a alteração de controle acionário está alinhada ao processo de reorganização societária e fortalecimento financeiro da Companhia.

f) Continuidade operacional

Os eventos subsequentes acima descritos, especialmente os aportes de recursos realizados pelos acionistas controladores, os aumentos de capital aprovados, a conversão de passivos em patrimônio líquido e a liquidação de obrigações financeiras relevantes, demonstram o comprometimento dos acionistas com a manutenção das operações da Companhia e com o fortalecimento de sua estrutura de capital e liquidez.

A Administração entende que tais medidas contribuem para o suporte financeiro necessário à continuidade operacional da Companhia para os próximos exercícios sociais.

g) Avaliação dos efeitos nas demonstrações financeiras

A Administração avaliou os eventos subsequentes mencionados acima e concluiu que tais eventos não demandam ajustes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo classificados como eventos subsequentes não ajustáveis, divulgados em conformidade com o CPC 24 – Evento Subsequente.

27. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 27 de maio de 2026.

Diretoria

Mario Ivan dos Santos

Contador CRC-1SP 176011/O-3

* * *